



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

**PARECER JURÍDICO**

**Processo Administrativo nº 489/2026**

**Termo de Fomento**

**Associação Imigrantense dos Estudantes de Lajeado/RS -  
AIEL**

Em atenção ao Processo Administrativo nº 489/2026 - Associação de Imigrantense dos Estudantes de Lajeado - AIEL, inscrita no CNPJ/MF nº 94.186.046/0001-90, com endereço na Rua Getúlio Vargas, nº 167, Bairro Centro, Imigrante/RS, para obter os repasses autorizados pela Lei Municipal Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 1.628/2017 cujos valores de repasse por parte do Município correspondem ao importe de R\$122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais), em atenção ao disposto no art. 35, VI, da Lei nº 13.019/2014, temos o seguinte:

Observa-se relevância para o Poder Público Municipal, pois a Associação Imigrantense dos Estudantes de Lajeado - AIEL é a única entidade/associação em Imigrante/RS, que possui como finalidade estimular o ingresso de estudantes imigrantenses em cursos superiores de estudo, neste caso, através meio de locomoção próprio ou contratado para Universidade de Lajeado - UNIVATES, bem como, outrossim em realizar o transporte de alunos em formação em cursos técnicos. Parceria, diga-se, que já foi realizada em anos anteriores.

A parceria possibilitará aos estudantes o acesso ao ensino, fazendo com que haja possível retorno de conhecimento e aplicabilidade intelectual no desenvolvimento socioeconômico da sociedade local e no mesmo sentido, tornando os alunos mais capacitados ao desenvolvimento de atividades profissionais de sua escolha, havendo identidade e reciprocidade no interesse entre as partes na realização desta parceria, ocorrendo na prática a mútua cooperação.

Atendendo-se, os ditames da Legislação em referência, por consequente, apresentação do Parecer Técnico, conforme estabelece



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

o art. 35, V da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, V do Decreto Municipal nº 1.628/2017.

Apresentamos Parecer Jurídico como disciplina o art. 35, VI da Lei Federal nº 13.019/2014, combinado com art. 19, V do Decreto Municipal nº 1.628/2017.

Neste diapasão, os artigos 30 e 31 da Lei 13.019/2014 dispõem sobre as exceções ao Chamamento Público, as chamadas “dispensa” e “inexigibilidade de chamamento público”, nas seguintes hipóteses:

**Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:**

**I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;**

**II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;**

**III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;**

**VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.**

**Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

**da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando**

**I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;**

**II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no [inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), observado o disposto no [art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).**

Neste sentido o artigo 17 do Decreto Municipal nº 1.628/2017:

**Art. 17. O Chamamento público poderá ser dispensável ou inexigível nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, desde que devidamente justificado nos termos do art. 32 da referida Lei Federal**

Atendendo-se, os ditames da Legislação em referência, por consequente, apresentação do Parecer Técnico, conforme estabelece o art. 35, V da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, V do Decreto Municipal nº 1.628/2017.

No caso em comento, é possível a realização de inexigibilidade de chamamento, uma vez que somente a AIEL realiza atividades desta natureza no Município de Imigrante, como apontado pelo Parecer



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Técnico, não havendo outras no mesmo segmento, conforme mencionado, inexistindo, portanto, a competição exigida que poderia caracterizar uma possível disputa ou até mesmo atuação em rede, com outra entidade.

De acordo com a Lei 13.019/14 e com o Decreto nº 8.726/16, administração pública não poderá mais exigir a contrapartida financeira, representada pelo depósito de valores monetários na conta específica, como requisito para celebração de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil – OSC, como disposto no art. 35, §1º da referida Lei.

No entanto, é facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços (contrapartida não financeira) cuja expressão monetária seja obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento, mas apenas quando o valor global da parceria, na esfera federal, for superior a R\$ 600.000,00.

Poderão os estados ou municípios definir, em regulamentos próprios, valores diferentes deste como limite da contrapartida não financeira. Está demonstrado no Plano de Trabalho as metas e objetivos a serem fiscalizados e monitorados para seu fiel cumprimento, conforme cronograma.

Uma vez apresentada viabilidade da execução conforme disponibilidade financeira do município, através de seu orçamento e apresentação do plano de trabalho, conjugado com a devida prestação de contas pertinentes.

Observa-se a apresentação de plano de trabalho, o qual vem anexo de maneira detalhada, o qual apresenta o respectivo cronograma de desembolso e atividades.

A fiscalização da execução desta parceria deverá ocorrer, adotando-se os meios e procedimentos pertinentes, quanto a avaliação no que tange a execução física e financeira, e neste caso, a comissão de monitoramento e o gestor deverão observar as despesas realizadas pela



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

entidade. Deverá ser ainda, realizada análise no cumprimento das metas qualitativas e quantitativas.

Para o fiel cumprimento e fiscalização da parceria, conforme arts. 58 e 61 da Lei 13.019/2014, deverá a presente parceria ser acompanhada pelo gestor da parceria, nomeada através da Portaria nº 173/2024, bem como, comissão de monitoramento de seleção, monitoramento e avaliação, nomeada através da Portaria nº 126/2023, os quais serão designados para tanto.

Conclui-se, portanto, pela possibilidade e legalidade da aplicação de recursos da educação no ensino superior, mediante custeio de transporte a alunos do Município que cursam ensino superior em localidade próxima.

Por todo o exposto, observados os apontamentos acima, é considerada viável a celebração da parceria, desde que atendidas as condições aqui expostas.

Imigrante, 12 de fevereiro de 2026.

**RAFAEL COIMBRA GONÇALVES**

OAB-RS 47.596



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4A72-8520-7E19-82C1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL COIMBRA GONÇALVES (CPF 715.XXX.XXX-68) em 12/02/2026 08:37:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://imigrante.1doc.com.br/verificacao/4A72-8520-7E19-82C1>